



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 268/XII/4.ª SL

Aos três dias do mês de junho de 2015, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho, na sala n.º 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das Atas n.ºs 266 e 267;
2. Apresentação, pelo Senhor Deputado Vieira da Silva (PS), na qualidade de Presidente da Reunião Tripartida de Peritos sobre Formas Atípicas de Emprego, da "Perspetiva Tripartida sobre as Formas Atípicas de Emprego";
3. Outros assuntos.

14h00 - Audição da Prof. Dra. Deolinda Meira no âmbito da apreciação do Projeto de Lei n.º 898/XII (4.ª) (PSD e CDS-PP) - Código Cooperativo.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, começou por pôr em apreciação as atas n.ºs 266 e 267, relativas às reuniões dos dias 27 e 28 de maio, as quais, submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Antes de passar ao segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente pôs à consideração as datas de 12 ou 16 de junho para a audição regimental com o Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS), Pedro Mota Soares, em virtude da impossibilidade verificada para o dia 9 de junho, comunicada por email, no dia anterior, a todos os membros da Comissão.

O Senhor Deputado David Costa (PCP) começou por apelidar o MSESS de "fugitivo político" da Comissão, por não respeitar o dever de ser fiscalizado pela Assembleia da República. Em relação às datas propostas, esclareceu que o GP do PCP já não toma

qualquer posição; considera desejável que venha o mais rapidamente possível, amanhã, mesmo.

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) começou por apresentar oralmente um requerimento, com vista a ser votado naquela reunião, do seguinte teor: "A 10.^a Comissão manifesta expressamente repúdio pelo comportamento e mau relacionamento institucional do MSESS com a CSST relativamente ao agendamento das audições regimentais."

Salientou, por um lado, que as audições foram todas agendadas para o final da sessão legislativa, contra a vontade dos grupos parlamentares da oposição e, por outro, que o Senhor Ministro indicou no início da sessão legislativa as datas que eram de sua conveniência e que, por mais do que uma vez, a dias de se realizarem as audições, foram as mesmas adiadas. Prosseguiu dizendo que o Ministro vem com um comportamento relapso adiar a audição agendada para o dia 9 de junho, com um argumento indigno para ser por ele utilizado.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) interveio para dizer que o Ministro tentou sucessivamente cumprir com as audições agendadas e a prova disso é que marcou sempre novas datas, que depois teve de cancelar, certamente porque a sua agenda é muito sobrecarregada. No caso em apreço, esclareceu que não corresponde à verdade que, quando indicou a data de 9 de junho, fosse sabido antecipadamente que tinha de estar em Genève. Infelizmente, veio o Senhor Ministro a saber posteriormente que a sua intervenção no plenário da Conferência Internacional do Trabalho ocorreria naquela data.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) começou por dizer que os membros do Governo têm o dever de ir às comissões parlamentares e que supõe que o MSESS, enquanto ex-parlamentar, tem um especial gosto em vir à Assembleia da República. Relativamente ao requerimento, esclareceu que o GP do PSD não se associa a expressões como "repúdio". Concluiu dizendo que qualquer data é positiva para a vinda do Senhor Ministro.

Submetido à votação, foi o requerimento oral apresentado pelo GP do PS rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP e os votos a favor do PS e do PCP.

No segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Vieira da Silva (PS), na qualidade de Presidente da Reunião Tripartida de Peritos sobre Formas Atípicas de Emprego, que teve lugar em Genebra, de 16 a 19 de fevereiro de 2015, procedeu à apresentação das conclusões a que chegaram representantes de oito estados-membros da OIT (integrados por oito peritos da parte dos respetivos sindicatos e oito peritos da

parte dos empregadores, para além do corpo técnico da OIT), a saber, Argélia, Chile, França, Japão, Noruega, Filipinas, África do Sul e EUA).

A final, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) agradeceu a informação trazida e quis saber se, tendo presente o trabalho forçado, poderão ser legítimas algumas formas de trabalho atípicas.

O Senhor Deputado Vieira da Silva (PS) esclareceu que, não obstante o trabalho forçado não ter sido abordado na reunião de fevereiro, as formas de trabalho atípicas podem ser passos de inserção no mercado de trabalho.

A reunião foi interrompida pelas 13 horas e reiniciada às catorze horas.

O Senhor Presidente da Comissão cumprimentou a Senhora Prof. Dra. Deolinda Meira, no âmbito da apreciação do Projeto de Lei n.º 898/XII (4.ª) (PSD e CDS-PP) - Código Cooperativo, explicou a metodologia adotada para aquela audição e deu-lhe a palavra para uma intervenção inicial.

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Maria das Mercês Borges (PSD), Nuno Sá (PS) e Mariana Aiveca (BE). A Senhora Prof. Dra. Deolinda Meira respondeu, no final, aos Senhores Deputados.

O Senhor Presidente agradeceu as informações e esclarecimentos prestados. A audição foi gravada em suporte áudio, podendo a mesma, bem como a documentação entregue, ser consultada no seguinte link:

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudicao.aspx?BID=100333>

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas quinze horas e quinze minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 17 de junho de 2015.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 03 de junho de 2015

Folha de Presenças

(Ata n.º 268/XII/ 4.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Mário Ruivo
Miguel Laranjeiro
Nuno Sá
Pedro Roque
Sónia Fertuzinhos
Teresa Costa Santos
António Cardoso
Cecília Meireles
David Costa
Lurdes Ribeiro
Vieira da Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Andreia Neto
Catarina Marcelino
Inês Teotónio Pereira
Joana Barata Lopes